

**SEXO E DEFICIÊNCIA: EDUCAÇÃO SEXUAL DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL SEGUNDO SUAS PROFESSORAS**

**SEXO Y DISCAPACIDAD: LA EDUCACIÓN SEXUAL DE ALUMNOS CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL SEGÚN SUS PROFESORAS**

**SEX AND DISABILITY: SEXUAL EDUCATION OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES ACCORDING TO THEIR TEACHERS**



Marlon Jose Gavlik MENDES<sup>1</sup>  
e-mail: mgmgavlik@hotmail.com



Fátima Elisabeth DENARI<sup>2</sup>  
e-mail: fadenari@terra.com.br

**Como referenciar este artigo:**

MENDES, M. J.; DENARI, F. E. Sexo e deficiência: Educação sexual de discentes com deficiência intelectual segundo suas professoras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023091, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17162>



| Submetido em: 01/09/2022  
| Revisões requeridas em: 30/01/2023  
| Aprovado em: 10/05/2023  
| Publicado em: 09/10/2023

**Editor:** Prof. Dr. José Luís Bizelli

**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos – SP – Brasil. Doutor em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial do Departamento de Psicologia.

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos – SP – Brasil. Professora Titular do Departamento de Psicologia.

**RESUMO:** O trabalho com temas da educação sexual com pessoas com deficiência intelectual é algo necessário, contudo, muitos profissionais que atendem esse público podem considerar desafiador. O objetivo desta pesquisa foi explorar os discursos sobre deficiência intelectual, sexo e sexualidade de professoras atuantes na educação especial. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco professoras da área. Este material foi analisado qualitativamente a partir da genealogia de Foucault. Os resultados mostraram que as professoras realizam atividades básicas de orientação com seus alunos, evitando temas complexos como violência sexual. A maioria das professoras se espanta com manifestações sexuais de seus discentes, os submetendo a um elaborado sistema de vigilância e controle do corpo. Constatou-se que a educação sexual se concretiza dualmente, em conjunto com a punição e vigilância do corpo. São necessários programas de formação docente para a desconstrução de preconceitos e a elaboração de projetos de educação sexual respeitosos e emancipatórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Sexualidade. Educação sexual.

**RESUMEN:** *El trabajo con temas de educación sexual con personas con discapacidad intelectual es algo necesario, sin embargo, muchos profesionales que atienden a esta audiencia pueden encontrarlo desafiante. El objetivo de esta investigación fue explorar los discursos sobre discapacidad intelectual, sexo y sexualidad de las profesoras que trabajan en educación especial. Para ello, se realizaron entrevistas semiestructuradas con cinco docentes del área. Este material fue analizado cualitativamente a partir de la genealogía de Foucault. Los resultados mostraron que los profesores realizan actividades básicas de orientación con sus alumnos, evitando temas complejos como la violencia sexual. La mayoría de las profesoras se sorprenden por las manifestaciones sexuales de sus estudiantes, sometiéndolos a un elaborado sistema de vigilancia y control del cuerpo. Se encontró que la educación sexual se concreta dualmente, junto con el castigo y la vigilancia del cuerpo. Se necesitan programas de formación docente para la desconstrucción de prejuicios y la elaboración de proyectos de educación sexual respetuosos y emancipadores.*

**PALABRAS CLAVE:** *Educación especial. Sexualidad. Educación sexual.*

**ABSTRACT:** *Working on topics related to sexual education for individuals with intellectual disabilities is necessary; however, many professionals who work with this population may find it challenging. This research aimed to explore the discourses on intellectual disability, sex, and sexuality of teachers working in special education. Semi-structured interviews were conducted with five teachers in the field. This material was qualitatively analyzed using Foucault's genealogy. The results showed that teachers engage in basic guidance activities with their students, avoiding complex topics such as sexual violence. Most teachers are surprised by their students' sexual expressions, subjecting them to an elaborate body surveillance and control system. It was found that sexual education takes place alongside the punishment and vigilance of the body. Teacher training programs are needed to deconstruct prejudices and develop respectful and empowering sexual education projects.*

**KEYWORDS:** *Special education. Sexuality. Sex education.*

## Introdução

A educação sexual com pessoas com deficiência intelectual ainda é uma modalidade de trabalho que desafia profissionais e instituições que atendem este público. Discutir temas relativos ao gênero, sexo e sexualidade com discentes com desenvolvimento típico por si só pode ser dificultoso. Estes temas pairam pelos currículos escolares há décadas, contudo, nos últimos anos, têm sido atacados por pessoas que utilizam de pautas políticas e ideológicas de caráter conservador. Acrescendo este fato com os preconceitos direcionados ao corpo, sexo e sexualidade de pessoas com deficiência intelectual, o resultado é o público carecendo uma educação sexual de qualidade durante sua trajetória escolar.

As vivências sexuais, para Foucault (2017a), têm sido alvo de políticas de controle desde a emergência da sociedade capitalista ocidental. Biopolíticas, segundo o autor, são esforços de controle, normalização e disciplina sobre os corpos e sobre a vida aplicados em grandes massas. São os meios de aplicação ampla de poderes e saberes para a “transformação da vida humana” (FOUCAULT, 2017a, p. 154), ancorados em tecnologias e saberes disciplinares.

As biopolíticas direcionadas ao controle do sexo dentro da sociedade capitalista inicialmente se popularizaram com práticas repressivas, o que Foucault nomeou como controle-repressão dos corpos. Neste cenário, o sexo passou a ser considerado um tabu e foi direcionado apenas para a privacidade dos casais, com o objetivo de procriação. Com a passagem dos séculos, as biopolíticas de controle-repressão passaram a conviver com outro grupo de políticas, as biopolíticas de controle-estimulação dos corpos. Estas últimas se manifestam em discursos e práticas que, ao invés de reprimir, valorizam as vivências corporais e sexuais na medida que correspondem à modelos rígidos de beleza e funcionalidade. Discursos como “Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!” (FOUCAULT, 2017d, p. 236), refletem este grupo e biopolíticas, o qual favorece um rico comércio de produtos e serviços direcionados ao sexo e ao corpo. Sobre a relação temporal e mútua destes dois grupos de biopolíticas:

O primeiro momento corresponderia à necessidade de constituir uma “força de trabalho” (portanto, nada de “despesa” inútil, nada de energia desperdiçada, todas as forças concentradas no trabalho) e garantir sua reprodução (conjugalidade, fabricação regulada de filhos). O segundo momento corresponderia a essa época do Spätkapitalismus, em que a exploração do trabalho assalariado já não exige as mesmas condições violentas e físicas do século XIX, e em que a política do corpo já não requer a supressão do sexo ou sua limitação ao papel exclusivo de reprodução; passa, ao contrário, por sua canalização múltipla dentro dos circuitos controlados da economia: uma dessublimação super-repressiva, como se diz (FOUCAULT, 2017a, p. 124).

No centro dessa dualidade política e discursiva encontram-se as orientações educacionais a respeito do sexo. A educação sexual, para Ribeiro (1990), pode ser entendida como a abordagem das temáticas relacionadas ao gênero, sexo e sexualidade humana nos ambientes escolares e familiares. Esses assuntos vêm sendo abordados na escola há vários séculos, adentrando no cotidiano escolar e familiar com temáticas de prevenção de gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis (FOUCAULT, 2017a; 2017b; 2017c).

Na atualidade, as temáticas da educação sexual se expandiram, incluindo discussões sobre relações de gênero, orientação sexual, prevenção de violência sexual, o preconceito e a discriminação. A educação sexual é amplamente recomendada pois é uma ferramenta de prevenção da violência sexual e de promoção de saúde e de bom desenvolvimento humano (WEREBE, 1998; OMS, 2002).

Dentre as pessoas que podem se beneficiar com a educação sexual estão as pessoas com deficiência (PcD). Quem possui impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais que prejudiquem sua participação plena na sociedade pode ser entendido como uma PcD (BRASIL, 2015).

A deficiência intelectual (DI), para Viana e Gomes (2017), é uma condição de saúde que afeta as funções intelectuais e estruturas do corpo, causando prejuízos no desenvolvimento e na participação do indivíduo na sociedade. O diagnóstico da deficiência intelectual é realizado a partir de testes padronizados de QI (quociente intelectual) e de avaliação multiprofissional do funcionamento adaptativo da pessoa, o que engloba três aspectos de sua vida cotidiana: domínio conceitual, social e prático (APA, 2014).

É comum o grupo de pessoas diagnosticadas com deficiência intelectual ser alvo de violências e ter seu acesso a lugares dificultado. Segundo Desjardins (2012), inclusive o acesso ao sexo seguro e consentido é dificultado na vida de PcD através da institucionalização deste público em escolas, hospitais e centros de convivência que dificultam seu acesso a informações sobre o sexo e aos espaços de socialização. Atualmente ainda é comum a privação completa de contato com pares, de acesso aos espaços de lazer e, em casos extremos, a prática da esterilização forçada ou pouco informada em pessoas com deficiência. Dentro desse cenário, se faz necessário trabalhos de educação sexual respeitosos, emancipatórios e inclusivos voltados à PcD.

Trabalhar a educação sexual com pessoas diagnosticadas com DI pode ser um desafio. A sexualidade de pessoas diagnosticadas com deficiência intelectual, para Giami (2004), é permeada por mitos, preconceitos e ideias errôneas. É comum a interpretação equivocada de

que pessoas com DI são seres assexuados e que permanecem em um estado de “eterna infância”. Também é comum discursos que interpretam manifestações sexuais dessas pessoas como exacerbadas, precoces ou descontroladas, considerando-as como seres hipersexualizados. O corpo de pessoas com DI, dessa maneira, é interpretado como algo que circula entre a falta e o excesso, assexualidade e hipersexualidade, anjo e fera:

Nos últimos duzentos anos, segundo a literatura, duas imagens rivais foram usadas para legitimar a contenção da sexualidade dessas pessoas: o idiota seráfico e o idiota mefistofélico [...]. O idiota seráfico é uma pessoa rotulada como deficiente intelectual que se acredita ser uma criança eterna: pura e assexuada, inocente e frágil e incapaz de enfrentar os perigos da sexualidade [...]. Por outro lado, o idiota mefistofélico é um ser selvagem e diabólico, meio animal e meio demônio, dominado por instintos, sem moral ou lei, concupiscentes e libidinosos, cuja hiper-sexualidade compromete a segurança da ordem social (DESJARDINS, 2012, p. 69, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Quando o trabalho com a sexualidade adentra os ambientes escolares, os mitos de assexualidade e hipersexualidade se juntam a outras crenças e valores construídos culturalmente e historicamente. Maia *et al.* (2015) notam que, até os dias de hoje, a sexualidade humana é reduzida conceitualmente apenas as sensações genitais e aos processos de reprodução da espécie, excluindo os aspectos sociais e culturais. A sexualidade humana também é erroneamente permeada por ideias de virilidade, domínio e controle, além de ser invadida pelos padrões de beleza e funcionalidade corporal, que validam quem pode viver sua sexualidade livremente e quem não pode. Ainda vivemos numa época em que o sexo heterossexual, monogâmico e dentro de um casamento cristão é validado, enquanto as outras vivências são discriminadas. Esses discursos podem contribuir significativamente para a falta de acesso de PcD ao sexo e às informações sobre sexualidade, além de dificultar o trabalho de educação sexual com o público.

Com todos estes aspectos sociais e históricos que atravessam a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual, muitos/as profissionais podem apresentar dificuldades em desconstruir estas noções e realizar uma educação sexual respeitosa e emancipatória. Devido a isto, o objetivo geral desta pesquisa foi explorar os discursos sobre deficiência intelectual, sexo e sexualidade de professoras atuantes na educação especial.

<sup>3</sup> During the past two hundred years, this literature posits, two rival images have been used to legitimize the containment of the sexuality of these people: the seraphic idiot and the Mephistophelic idiot [...]. The seraphic idiot is a person labeled intellectually disabled who is believed to be an eternal child: pure and asexual, guileless and fragile, and unable to face the dangers of sexuality [...]. In contrast, the Mephistophelic idiot is a wild and diabolical being, halfbeast and half-demon, dominated by instincts, without morals or law, concupiscent and libidinous, whose hyper-sexuality jeopardizes the security of the social order (DESJARDINS, 2012, p. 69).

## Método

A pesquisa realizada foi qualitativa, de caráter descritivo exploratório, e faz parte da tese de doutorado do primeiro autor<sup>4</sup>. Como procedimento de coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco professoras atuantes na educação especial.

As participantes das entrevistas foram caracterizadas na figura 1:

**Figura 1** – Tabela com a caracterização das professoras participantes<sup>5</sup>

Nome	Idade	Cargo	Tempo de Atuação
Nair	67 anos	Professora	32 anos
Bruna	47 anos	Professora	17 anos
Eliane	49 anos	Professora	23 anos
Lídia	47 anos	Professora	20 anos
Bianca	35 anos	Coordenadora Pedagógica	18 anos

Fonte: Autoria própria

As professoras trabalham em uma instituição de educação especial na modalidade de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do interior do estado de São Paulo. Todas são graduadas em Pedagogia, possuem especialização *latu sensu* em Educação Especial e atendem discentes com variadas deficiências em suas turmas, principalmente diagnosticados/as com deficiência intelectual. As entrevistas foram realizadas entre outubro e novembro de 2019 no local de trabalho das professoras.

As entrevistas semiestruturadas, segundo Duarte (2004), são uma ferramenta de coleta de dados que parte de um roteiro norteador formado por tópicos instigantes para discussão. Estes tópicos podem ser apresentados como questões, perguntas ou pontos de discussão abertos, a partir do qual as participantes discorrem livremente. Essa ferramenta é uma maneira interessante de entrar em contato com os discursos de participantes sobre os mais variados temas, em que expressam opiniões, concepções e ideias, além do local e momento histórico. As entrevistas realizadas com as professoras foram aplicadas individualmente baseadas em um roteiro norteador elaborado pelos pesquisadores, com perguntas e temas de discussão sobre seu cotidiano escolar, atuação profissional, concepções sobre deficiência intelectual, sexualidade de discentes nesta condição e trabalhos de educação sexual voltados ao público. Todas as

<sup>4</sup> O primeiro artigo resultante da coleta de dados que compôs a tese de doutorado do primeiro autor (MENDES; DENARI, 2022) pode ser conferido no link: <https://periodicos.flcar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15336> Acesso em: 03 fev. 2023.

<sup>5</sup> Nomes fictícios.

entrevistas foram gravadas e transcritas, respeitando o sigilo das participantes e os demais preceitos éticos em pesquisas com seres humanos<sup>6</sup>.

O material transcrito foi analisado a partir da Genealogia de Foucault. A genealogia é uma proposta de análise qualitativa debatida por Foucault (2008; 2017d) que busca explorar o jogo de saberes e poderes que permeiam determinado fenômeno através da análise do discurso, entendendo-o em toda sua complexidade, historicidade, localidade e potência:

Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade (FOUCAULT, 2017d, p. 270).

A análise genealógica realizada nessa pesquisa ocorreu através das seguintes etapas:

- Inicialmente foi realizada a leitura do material transcrito das entrevistas, ou seja, dos discursos encontrados. Esta leitura inicial permitiu perceber os discursos que se assemelham, se complementam ou destoam entre as falas das participantes;

- Na sequência, o material foi dividido em unidades de significado. Estas unidades foram construídas a partir do agrupamento dos discursos que se assemelham ou se complementam. As unidades de significado construídas foram: “Educação sexual: territórios e fronteiras”, “O espanto de uma DI sexualizada” e “Controle vigilante sobre o corpo”;

- As unidades construídas foram, então, analisadas qualitativamente. Os discursos das participantes foram descritos e discutidos com a literatura sobre educação especial, deficiência, sexualidade e sexo, identificando as relações sociais que formaram os discursos e as implicações dos meios de produção, dos saberes e das relações de poder na formação discursiva.

## Resultados e Discussão

As entrevistas realizadas com as professoras atuantes na educação especial trouxeram variados discursos a respeito dos temas de sexualidade e deficiência. O sexo e as manifestações sexuais de seus alunos/as diagnosticados/as com deficiência intelectual fazem parte do cotidiano escolar nas turmas das professoras entrevistadas, contudo, esses temas apareceram de maneira receosa. A primeira unidade de significado que emergiu das entrevistas corresponde à “Educação sexual: territórios e fronteiras”. Quando perguntadas sobre sua atuação profissional

<sup>6</sup> Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) pelo parecer nº. 3.538.718 (CAAE: 14668719.4.0000.5504).

e atividades voltadas à educação sexual de seus/suas alunos/as, as professoras inicialmente trouxeram relatos sobre atividades que realizam em sala de aula voltadas à autonomia, autocuidado e higiene:

*[...] a minha sala é uma sala totalmente independente nessa parte. Então a parte de higiene, a parte de autocuidado mais eu pontuo, eu mais, assim, reforço [...] O que eu tento trabalhar muito é o respeito [...] a hora que eles tão no banheiro, de saber o que é respeito dentro do banheiro, vamos supor, dos meninos ou das meninas ou onde eles tiverem porque eles têm muita dificuldade, assim, de entender o que é brincadeira e o que é malícia (ELIANE).*

*[...] isso é diariamente. Porque, como a gente trabalha com adolescente, e sendo aqui na Apae, eles têm mais dificuldade de autonomia para higiene pessoal [...] e quando necessário é feito o acompanhamento aqui e o trabalho para ajudar mesmo a ter essa independência no dia a dia do banho, da escovação do dente. Porque muitas vezes é necessário (BRUNA).*

Temas como higiene, respeito, privacidade, autonomia e consentimento também fazem parte da educação sexual. Estes temas rodeiam as experiências relativas ao sexo, à sexualidade e à prevenção da violência sexual: sua abordagem na sala de aula é importante e necessária. Segundo Meyer (2017), trabalhar estes temas ao longo de toda a trajetória escolar, desde a educação infantil até o ensino médio, é importante para promover um desenvolvimento psicossocial de qualidade.

Contudo, é comum notar um receio de docentes em transcender esses temas tidos como básicos na educação sexual e adentrar assuntos mais complexos, como o estabelecimento de relacionamentos, saúde sexual e prevenção da violência (RIBEIRO, 1990; MENDES; DENARI, 2019). Será que este receio se fez presente no discurso das professoras?

A professora Bruna e a coordenadora pedagógica da instituição, Bianca, trouxeram discursos sobre sua atuação com as discussões sobre sexo e sexualidade e demais temas da educação sexual:

*Geralmente a gente responde o que é perguntado quando a gente percebe do interesse e da necessidade que o aluno queira saber sobre aquele assunto, entendeu?*

*O que frequentemente é perguntado? Sobre gravidez, porque acontece muito na família. Como eles tem irmãos e às vezes não é nem casado e aconteceu a gravidez sem que ser planejada, então eles comentam e a gente já pega o gancho e já fala da necessidade da prevenção, de contraceptivo, de preservativo, que uma criança quando não é desejada é muito complicado, quando a pessoa é mais nova não tem experiência [...]. De ter um relacionamento mas... de ter um relacionamento com a pessoa e que o sexo sempre está envolvido (BRUNA).*

*As questões mais rotineiras, mais comuns é de masturbação, deles verem vídeo pornográfico, de ter no celular e aí professor pega. Às vezes, de um começar, assim, dar aquelas cantadinhas, umas brincadeiras, assim, entre as meninas e os meninos. Aí eles começam brigar. Aí leva pra gente essas situações de um querer passar a mão, tocar nas partes... nem sempre nas partes íntimas, mas assim, abraçar demais, abraçar muito apertado, o professor acha que não tá normal, leva lá pra gente pra eu conversar com eles sobre isso.*

*[...] Agora mesmo, eu tava resolvendo um caso de 2 adolescentes aqui da escola que dizem que namoram, assim, mas eles falam, a gente namora sem beijar, mas eles estavam brigando porque teve uma discussão, ele foi ajudá-la e ela quis... deu um tapa nele. (BIANCA).*

Nos discursos trazidos anteriormente é possível notar temas mais complexos envolvendo a educação sexual, como gravidez, masturbação e namoros. Segundo Foucault (2017a; 2017b; 2017c), esses temas entraram no cotidiano escolar a partir do século XVIII. Nas escolas pós-revolução industrial eram discutidos temas sobre gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis, uso de substâncias alucinógenas e ideias envolvendo namoros e casamento. Essa prática, segundo o autor, correspondia a uma biopolítica que buscava a produção de cidadãos e cidadãs considerados ideais para a sociedade capitalista: sem infecções sexualmente transmissíveis, que não usam de substâncias alucinógenas, em relacionamentos monogâmicos, heteronormativos e submetidos a um casamento cristão com o objetivo de procriação e parentalidade, uma manifestação direta da biopolítica de controle-repressão dos corpos.

Temas com caráter biomédico, de enfoque biológico, historicamente dominaram as discussões escolares em educação sexual. Com o decorrer das décadas, para Figueiró (2009), os temas relacionados à educação sexual foram se diversificando para incluir também discussões de gênero, privacidade, respeito e prevenção da violência sexual, ou seja, temas de enfoque psicológico e social. Foi possível notar discursos envolvendo estes temas:

*[...] eu sempre deixo bem claro para eles que a gente não pode confiar num estranho. Nunca. [...] porque a gente já teve casos aqui que, infelizmente, alguns foram estuprados por conta de confiar, né? De não entender que as pessoas de fora não são confiáveis (ELIANE).*

*[...] eles entendem bem, a questão do respeito, né? Porque, como eles ouvem rádio sai a notícia assim, “aí, fulana atacou não sei quem, estuprou”, sabe aquelas coisas lá? Né? “Aí meu Deus do céu, nossa”, quer dizer, eles sabem que isso é feio e que isso não pode! No caso de violência com criança, entendeu? A gente... nós não aprofundamos muito por conta que eu já te falei, tem toda semana tem psicologia, é pra ela que eles vão contar as situações mais críticas, né, do dia a dia deles, porque se eu for também colocar isso aí em pauta todo dia... (NAIR).*

Trabalhar a prevenção da violência sexual durante os momentos de educação sexual é algo importante. Devido à alta incidência desta modalidade de violência, inclusive contra PcD, o combate à mesma envolve o atendimento humanizado de vítimas, a conscientização sobre o tema e o ensino de comportamentos de proteção no ambiente escolar (UNFPA, 2018a; 2018b). A violência sexual faz parte das conversas voltadas à educação sexual no cotidiano das professoras, entretanto, o tema parece não ser abordado satisfatoriamente. É possível notar receio das professoras em trabalhar o assunto em sua complexidade, pois, como relatou a professora Nair, este trabalho seria de responsabilidade da psicóloga da instituição.

Mesmo alguns trabalhos de educação sexual se concretizando no ambiente escolar da educação especial, ainda é possível notar um certo receio por parte das professoras entrevistadas em abordar certos temas do sexo no cotidiano escolar. Nos discursos das professoras são perceptíveis ambos os polos da educação sexual, os temas e enfoque biológico e os de caráter psicológico e social, todavia, os primeiros se sobressaem. A prevenção da violência sexual foi a fronteira metodológica que as professoras parecem receosas em cruzar, permanecendo nas discussões de cunho biológico, como higiene e uso de preservativos, e em orientações sobre a convivência e o respeito a partir de ocorridos na rotina escolar e de dúvidas ou relatos que alunas/os trazem de seu cotidiano.

Além de abordar os diversos temas que podem surgir, conscientizando a respeito da violência e trabalhando com a autonomia, independência e emancipação, uma educação sexual satisfatória também transcende o ambiente da classe escolar e engloba discussões com toda a equipe escolar e com familiares de discentes. As professoras trouxeram alguns relatos sobre suas experiências com o núcleo familiar de suas/seus alunas/os:

*E muitas vezes a família não aceita. Até hoje, eu não tive nenhum problema em relação à família porque na reunião dos pais eu pontuei esses assuntos, eu falei, “olha gente, eu costumo trabalhar no retorno, eu falei. Então se eles trazem a dúvida, eu respondo, mas eu respondo a verdade, eu não falo sobre a cegonha não”. Ai eles deram até risada. Eu falei, “porque cegonha não existe, faz tempo que a gente sabe que cegonha não existe” (ELIANE).*

*E as famílias também precisam entender o que é uma educação sexual, que nós não estamos ensinando as crianças e os jovens e adolescentes a terem sexo, mas nós estamos mostrando o que é normal, o que não é, onde é o adequado e quais são as situações de abuso, o que deve fazer, o que deve permitir. (BIANCA).*

Segundo Meyer (2017), o sucesso dos programas de educação sexual depende diretamente da articulação profissional dentro da sala de aula, tanto de professoras/es quanto de pedagogas/os, mas também da articulação com outros espaços e profissionais, como psicologia, enfermagem, medicina e demais áreas da saúde, educação e assistência. Além disso, a receptividade familiar ao trabalho pode ser significativa para seu sucesso ou fracasso.

Otoni e Maia (2019) observaram fenômeno similar, em que as interpretações de familiares sobre sexo e gênero, as quais pendiam para a assexualidade de filhas/os diagnosticadas/os com Transtorno do Espectro Autista, interferem no trabalho de educação sexual realizado na escola. Uma educação sexual de qualidade, desta maneira, precisa utilizar de linguagem clara e acessível, adaptando-se às particularidades do público, mas principalmente envolve também o trabalho com a família, para promover reflexões e desconstruir preconceitos relativos à sexualidade e à deficiência.

Dentro dos discursos sobre educação sexual e discentes com deficiência intelectual, outra unidade de significado que emergiu a partir das entrevistas com as professoras englobou as ideias e interpretações sobre sexo, sexualidade e o trabalho com jovens diagnosticados com deficiência intelectual. Esta unidade de significado foi nomeada como “O espanto de uma DI sexualizada”.

As professoras possuem interpretações diversas sobre as manifestações sexuais de alunas/os com DI. São percebidos discursos que carregam certo caráter patologizante e infantilizador:

*E as vezes ele está com a sexualidade adiantada, tá precoce. E esta sexualidade precoce, o professor percebeu, a familia geralmente tem pouco dialogo, é fechado.*

*[...] mesmo aquele que intelectualmente, mentalmente, ele seja bem grave, ele vai ter o momento dele de sexualidade, ele não sabe lidar com isso, então isso talvez provoque situações de revolta, de crise, de querer bater, empurrar, ou agredir, passa isso pela cabeça, entendeu? (NAIR).*

*[...] pra gente já é jovem, mas pra eles é adolescência. Alguns são mais aguçados, mas eles são.... eles são quietos (LIDIA).*

*Falo que é normal, que eles são adolescentes, que todo mundo sente desejo, sente prazer. Não é porque eles têm algum tipo de deficiência que eles não têm esse desejo, essa vontade. Pelo contrário, às vezes é muito mais acentuado neles (BRUNA).*

Mas também há discursos que relacionam as manifestações sexuais desse público aos de outras/os jovens sem diagnóstico de deficiência intelectual:

*Eles têm uma deficiência intelectual, uma defasagem, talvez um aluno nosso de 15 anos, ele pode ter aí uma idade mental de 12 anos, mas nem por isso que ele vai deixar de ter as questões sexuais ali afloradas. Eles têm vontade de se masturbar, eles têm vontade de namorar, eles têm desejos, eles veem um filme e eles ficam curiosos, querem saber o que é (BIANCA).*

O sexo e a sexualidade de PcD, segundo Desjardins (2022), são alvos de mitos dualistas que interpretam estes fenômenos como circundantes entre a falta, assexualidade, e o excesso, hipersexualidade. As manifestações sexuais em adolescentes e jovens com deficiência intelectual, por mais que possam ser comuns à faixa etária, ainda causam espanto em familiares e profissionais que atuam com este público, os quais frequentemente os interpretam como “precoces” e “aguçados”, como trouxeram as professoras. Na medida que a pessoa com DI não corresponde ao local assexuado e infantilizado que foi direcionado a ela, suas manifestações sexuais vêm por causar espanto e perplexidade nas pessoas de seu convívio, as quais se direcionam para o polo de discursos da hipersexualidade (MENDES, DENARI, 2022).

Os discursos de caráter hipersexual e assexual rodeiam a convivência de pessoas diagnosticadas com deficiência intelectual, aqui manifestados pelas suas educadoras. Estes discursos podem se manifestar de maneira escancarada, mas também de maneira velada. Identificar os preconceitos e as ideias errôneas direcionadas ao sexo pode ser uma tarefa tortuosa, pois estas ideias geralmente se manifestam de maneira velada e encoberta, por trás de uma aparente aceitação e noção de normalidade. No entanto, se faz necessário desconstruir mitos e preconceitos sobre sexualidade com profissionais atuantes da educação especial para que as/os mesmas/os possam desenvolver trabalhos emancipatórios de educação sexual, valorizando a autonomia, o respeito e o bom desenvolvimento social (McRUER, 2018; OLIVEIRA; MUZZETI, 2021).

Das manifestações sexuais de alunos/as com deficiência intelectual, a que parece causar maior espanto e receio nas professoras é a masturbação, tanto quando esta ocorre no ambiente escolar quanto apenas em conversas sobre o tema. A respeito da masturbação, a unidade de significado que emergiu destes discursos recebeu o nome de “Controle vigilante sobre o corpo”. Várias professoras trouxeram casos que presenciaram envolvendo o tema:

*[...] outros alunos vieram comentar que tinha um aluno da sala que estava no banheiro se masturbando. [...] E aí eu chamei esse aluno e falei pra ele que “tudo bem, que ele sentiu vontade, mais que ele não poderia ficar muito tempo no banheiro fazendo só isso tinha hora certa, etc...” Mas eu sei que é uma necessidade que não era “o fim do mundo”, entendeu? Desde que ele fecha a porta e fica lá ele sozinho no cantinho dele, entendeu? (BRUNA).*

*Eu tive um caso, muito sério de autistas, que ele me procurou. Ele não tava sabendo lidar com a questão da masturbação, com o que saia desta masturbação. Ele tava desesperado. Conversei com a psicóloga, com o diretor. Nesse caso você chama os pais e orienta porque o pai, se ele tem pai, tem que ser a chave principal do assunto. Conversar com esse filho, ensinar, levá-lo no banheiro. Eu, quando eu vejo, até faço isso, quando vejo que tá uma situação que a mãe tá muito... ela não tem o potencial cultural para chegar e fazer isso por causa da religião. Você tem que dar uma chegada, falar “Olha, você tem que ter seu momento para conhecer o seu corpo, mas onde você conhecer ser corpo? Ou você conhece no banheiro, tomando banho, se esfrega bem, se lava, se tiver vontade de se alisar você se alisa... senão no quarto com a porta trancada, para você não constranger ninguém nem ser constrangido.”. Já tive vários casos da sexualidade em que a chave principal é a família. A família tem que ter uma estrutura, o pai principalmente. Se há um homem na família, ensinar aquele filho, quando começa ter uma certa idade (NAIR).*

*[...] eu vou falar pra você de um caso específico, um aluno chegou e falou, “olha, meu irmão me bateu” e eu perguntei, “o que que tá acontecendo?” E ele me falou que ele tava se masturbando e o irmão encontrou e bateu nele. Aí disso eu fiquei sabendo... assim, eu percebi que ele não tem controle, ele pontuou, assim, bem pra mim que ele tem noção do que ele pode e não pode, né, só que ele tem vontade. Então a gente, como professora, entra num trabalho junto com psicóloga [...] Então assim, nesse caso, a gente tem que trabalhar mais a família do que ele, né? Porque a família entender que ele não tá fazendo nada errado, que pra mim ele não tá, é que nem eu falei, “ele não tá fazendo nada errado”, tanto que ele foi se esconder atrás da casa porque a hora que ele vai tomar banho... que eu conversei com ele, e no banheiro, na hora que cê vai tomar banho? Aí ele falou que o tempo dele no banheiro é contado pra que ele não faça, entendeu? Então é complicado [...] é uma família muito difícil, assim, muito mesmo. É a madrasta, apesar dela ser uma boa pessoa e tá cuidando, eles não aceitam. Nessa parte, vamos supor, já fiquei sabendo, que já aconteceu, de quando ele tá muito assim o pai leva num bordel. Então é assim que eles resolvem, entendeu? (ELIANE).*

Por mais que seja observável considerável receio ao falar sobre o tema, as professoras evitam reprimir seus alunos, em sua maioria do gênero masculino, e tentam orientá-los a ter momentos de autoconhecimento de maneira privada. As orientações parecem almejar desconstruir noções cristalizadas de masturbação e da relação entre deficiência e sexo, promovendo saúde e boa relação com o próprio corpo. Práticas como essa, segundo Monteiro (2019), são interessantes para uma boa educação sexual. Entretanto, junto com essas orientações estão acoplados aparentes julgamentos relativos ao nível ou carência cultural de famílias e responsabilização da figura masculina na orientação de filhos. Para as professoras, algumas famílias não possuem condições culturais suficientes para orientar seus filhos no que condiz aos desejos sexuais e à masturbação, apenas utilizando de punições e sistemas de vigilância e controle do corpo de seus filhos para impedir este comportamento.

O controle da masturbação, segundo Foucault (2017a; 2017b; 2017c), é outra antiga relação de controle na sociedade ocidental, datando desde a antiguidade grega e romana. A partir da emergência do capitalismo, essa relação ganhou maior carga repressiva com o intuito de reprimir os prazeres considerados supérfluos e direcionar a força humana para o trabalho e para a reprodução, outra manifestação das biopolíticas de controle-repressão dos corpos. Instituições como famílias, escolas e hospitais passaram a organizar seu funcionamento para vigiar o corpo e reprimir esta prática. As professoras entrevistadas observam a repressão no ambiente familiar. Não obstante, similares processos de vigilância e controle são observáveis no cotidiano escolar:

*[...] já coletei o material sensorial para eles não ficar com as mãos ociosas, esfregando uma na outra ou pondo no corpo [...] E a questão do olho clínico. Vamos supor, este é meu aluno e está o tempo todo com a mão nas pernas, mas aí você coloca uma mão para escrever e a outra você não tira do meio das pernas. Então você tem que observar se ele não está se alisando, se masturbando, porque isso tira a concentração. [...] então o professor tem que observar qual é a postura das mãos, eu faço isso: “Vamos sentar direito, uma mão para trás”. Sempre as duas mãos, pode descansar um pouco, mas se ele manter (mantiver) esta postura da mão no meio das pernas, que acontece muito no espaço comum, o professor não está preparado, ele não sabe (NAIR).*

A vigilância e controle escolar sobre o corpo inicialmente envolvem a ocupação do corpo e a cobrança de posturas para impedir comportamentos de masturbação. Nos casos em que este sistema parece não ser o suficiente, é utilizada a intervenção medicamentosa:

*Os meninos, masturbação, que é o mais frequente. Tem muitos que têm, assim, eles não têm controle e às vezes precisava até duma ajuda, assim, com medicação mesmo, mas como já tomam uma medicação, assim, uma dosagem alta, aí não pode. Seria uma medicação pra deixar mais tranquilo, né? (ELIANE).*

Além das orientações que as professoras relatam realizar, estas também organizam suas atividades para manter alunos ocupados, construindo um complexo sistema de vigilância e controle do corpo e do sexo, o qual parece buscar reprimir comportamentos de masturbação, tanto com atividades de “distração” quanto com medicamentos, ou direcioná-los para locais como o banheiro. O processo observado nos discursos das professoras vai ao encontro com o que Foucault (2017a; 2017b; 2017c) chamou de pedagogização do sexo, que é a intervenção escolar em várias frentes da rotina educacional para reprimir vivências sexuais consideradas erradas, pela interpretação das/os profissionais docentes, e domesticar os corpos e vidas dos/as alunos/as para aproximá-los/as de vivências sexuais tidas como corretas. A pedagogização do

sexo é uma manifestação direta das biopolíticas de controle-repressão do sexo ainda presentes na atualidade.

Sistemas institucionais de vigilância e controle do corpo e do sexo dentro da educação especial, segundo Desjardins (2012), são comuns. Estes sistemas são intrínsecos à própria construção e organização das instituições que atendem pessoas com deficiência, e podem prejudicar significativamente a vida e o desenvolvimento desse público. Dispositivos rígidos de controle podem dificultar o acesso das PcD ao sexo e aos seus direitos reprodutivos, além de dificultar seu acesso às informações sobre violência sexual, sexo e saúde sexual.

Alguns desses sistemas impostos às vidas de pessoas com deficiência podem muito intensos e até contar com a medicalização forçada, desinformada ou não consentida, como trouxe a professora Eliane. O uso de medicamentos sem a informação e o consentimento da pessoa pode ser considerado uma violência, pois viola diretamente os direitos básicos dela sobre o próprio corpo, além de contrapor lutas históricas de grupos de PcD pela independência, autonomia, respeito e emancipação. Infelizmente, esta prática ainda é muito comum na vida de várias pessoas diagnosticadas com deficiência, principalmente as com deficiência intelectual (SIEBERS, 2012).

A vigilância e o controle institucional impostos sobre o corpo da pessoa com deficiência pode ser um empecilho para uma educação sexual emancipatória. Bianca, como coordenadora pedagógica da instituição, observa o aspecto punitivo de algumas práticas de muitas professoras em relação à sexualidade de alunas/os:

*[...] eles já ficam bravos com eles, “olha, não pode fazer isso, aqui não é lugar”, só que também não explicam aonde é o lugar. “Ai, ele tá se masturbando na sala, eu fiquei brava, falei que não pode”. Mas pera aí, “a gente tem que ensinar, não pode aqui, mas pode onde?” (BIANCA).*

Para ocorrer uma educação sexual de qualidade direcionada às pessoas com deficiência, são necessários programas voltados para combater violências e violação de direitos, utilizando de trabalhos reflexivos e emancipatórios. É importante a valorização do conhecimento científico em trabalhos que possuam o objetivo de informar sem punir, promover o respeito e a autoridade sobre o próprio corpo e valorizar o direito de escolha. Para tal, ainda se fazem necessários programas de formação que busquem preparar docentes para informar sobre o sexo maneira respeitosa e emancipatória em vez de vigiá-lo e puni-lo (RIBEIRO, 1990; DENARI, 2011; MEYER, 2017).

## **Considerações finais**

Por mais que a educação sexual seja necessária na atuação com diversos públicos e em variados espaços e instituições, como nas escolas, ainda é comum que esta prática seja evitada ou, quando efetuada, ocorra de maneira receosa e punitiva. Este cenário tem sido negativamente afetado nos últimos anos, com a crescente onda de discursos neoconservadores, os quais demonizam o trabalho com os temas da educação sexual no ambiente escolar.

Quando se envolve a educação sexual com pessoas diagnosticadas com deficiência intelectual, a situação torna-se ainda mais precária. Há a junção dos preconceitos historicamente consolidados sobre a deficiência e a sexualidade, como os mitos relativos à assexualidade e à hipersexualidade de PcD, com os discursos atuais de caráter neoconservador. Estes aspectos podem dificultar ainda mais o acesso às informações sobre o sexo, à prevenção da violência sexual, ao estabelecimento de relacionamentos seguros e ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.

Os mitos e preconceitos voltados às manifestações sexuais de pessoas com deficiência intelectual manifestaram-se nos discursos das professoras que participaram desta pesquisa. Destacaram-se as visões hipersexualizadas da PcD: o espanto com algumas manifestações sexuais, o receio de conversar abertamente sobre elas e a existência de atividades construídas para vigiar o corpo discente e puni-lo.

A educação sexual realizada pelas professoras é voltada à pedagogização do sexo, a qual se manifesta por um sistema complexo de controle e vigilância do corpo e das manifestações sexuais, sistema esse que historicamente tem sido direcionado às pessoas com deficiência através das biopolíticas de controle-repressão dos corpos. Este sistema, como observaram outras professoras, pode ser um aspecto prejudicial para o trabalho educacional com PcD e para uma educação sexual de qualidade. Contudo, ele não ocorre sozinho. Junto com a vigilância e a punição ocorrem outras práticas informativas e emancipatórias que vêm por subvertê-las: conversas e orientações não punitivas a respeito do sexo, sexualidade, corpo, autonomia, independência e emancipação. Desta maneira, a educação sexual praticada pelas professoras se manifesta entre dualidades: repressão e orientação; controle e emancipação.

O trabalho de uma educação inclusiva envolve tanto o ensino de conteúdos escolares clássicos quanto intervenções voltadas à autonomia, acessibilidade, vida independente e o estabelecimento de relações sociais, amorosas e sexuais consentidas e seguras. Para atingir tais metas, são necessários programas de educação sexual dirigidos à orientação, valorização dos conhecimentos científicos e desconstrução de preconceitos e mitos voltados à sexualidade e

deficiência. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para atingir tais metas e promover reflexões sobre deficiência, sexo e educação sexual, além de incitar novas pesquisas com estes temas.

## REFERÊNCIAS

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. American Psychiatric Association. 5. ed. Porto Alegre: Artmed. 2014.

BRASIL. **Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015**. Estatuto da pessoa com deficiência. Lei Brasileira de Inclusão. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.

DENARI, F. E. Adolescência, afetividade, sexualidade e deficiência intelectual: o direito ao ser/estar. **Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação**, v. 5, n. 1, p. 44–52, 2011.

DESJARDINS, M. The Sexualized Body of the Child. Parents and the Politics of “Voluntary” Sterilization of People Labeled Intellectually Disabled. *In*: MCRUER, R.; MOLLOW, A. **Sex and Disability**. [S. l.]: Duke University Press. 2012.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. *In*: FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina, PR: UEL, 2009.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2017a.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2017b.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2017c.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2017d.

GIAMI, A. **O Anjo e a Fera: Sexualidade, Deficiência Mental, Instituição**. [S. l.]: Casa do Psicólogo, 2004.

MAIA, A. C. B. *et al.* Educação sexual para pessoas com deficiência física. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 1, p. 215-224, 2015.

MCRUER, R. **Crip Times: Disability, Globalization, and Resistance**. New York: NYU Press, 2018.

MENDES, M. J. G. DENARI, F. E. Sexo e deficiência: Discursos de jovens diagnosticados com deficiência intelectual e de seus familiares. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0263-0280, jan./mar. 2022.

MENDES, M. J. G.; DENARI, F. E. Deficiência e Sexualidade: Uma Análise Bibliométrica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1357-1354, jul., 2019.

MEYER, C. A. **Livro "O que é privacidade?"**: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2017.

MONTEIRO, S. A. S.; STORTO, L. J. Educação infantil: uma reflexão plural da história e da sexualidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 237–252, 2019.

OLIVEIRA, M. F. C.; MUZZETI, L. R. A interferência da herança cultural na educação sexual de agentes escolares: um estudo de uma instituição infantil do interior paulista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 176–188, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World report on violence and health**. Geneva: OMS, 2002.

OTTONI, A. C. V.; MAIA, A. C. B. Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com transtorno do espectro autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1265–1283, 2019.

RIBEIRO, M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

SIEBERS, T. A sexual culture for disabled people. *In*: MCRUER, R.; MOLLOW, A. **Sex and Disability**. [S. l.]: Duke University Press. 2012.

UNFPA. **Women and Young Persons with Disabilities: Guidelines for Providing Rights-Based and Gender-Responsive Services to Address Gender-Based Violence and Sexual and Reproductive Health and Rights**. Nova York: UNPF, 2018a.

UNFPA. **Young Persons with Disabilities: Global Study on Ending Gender -Based Violence, and Realising Sexual and Reproductive Health and Rights**. Nova York: UNPF, 2018b.

VIANA, F. R.; GOMES, A. L. L. A produção escrita de pessoas com deficiência intelectual na interação com as tecnologias digitais da informação e comunicação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 30, n. 58, p. 297-311, 2017.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, Política, Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

### ***CRediT Author Statement***

---

**Reconhecimentos:** Agradecemos à Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR/SP) por sediar a pesquisa que compôs este artigo.

**Financiamento:** Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) por financiar a pesquisa que compôs este artigo.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Aprovação ética:** Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) pelo parecer nº. 3.538.718 (CAAE: 14668719.4.0000.5504).

**Disponibilidade de dados e material:** Tese do primeiro autor (<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16166>)

**Contribuições dos autores:** Autor 1: Realização da pesquisa, escrita do artigo final e Revisão do artigo final. Autor 2: Orientação durante a realização da pesquisa e Revisão do artigo final.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

